

FORMAÇÃO DOCENTE: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR

Valdely Dias de Araújo Barbosa

dias.valdely@gmail.com

Amanda Freire de Lima

amanda_limapb@hotmail.com

Janete Marcolino de Melo Andrade

jannete.melo@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo descreve e analisa a experiência vivenciada na disciplina de Estágio Supervisionado em Gestão Escolar ministrada no curso de Pedagogia, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal de Campina Grande. A experiência aqui apresentada foi vivenciada em uma instituição de educação infantil da rede pública do município de Campina Grande, Paraíba. A experiência envolveu várias ações nas escolas-campo contemplando a pesquisa como eixo central do estágio, proporcionando a articulação entre a teoria e a prática. Esta experiência foi realizada através de pesquisas bibliográficas, documental, e pesquisa de campo. Para realizar este estudo, foram feitas algumas leituras norteadoras de alguns autores que abordam gestão escolar. Uma pesquisa documental, em que foram analisados documentos oficiais que regem a educação infantil e abordam gestão escolar : a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (1996) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998).A pesquisa de campo procedeu através de conversas e observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem na real. A análise dos dados foi feita por meio da análise de documentos legais e de estudos desenvolvidos sobre o tema com os dados obtidos nas conversas, nas observações, além das atitudes e motivações dos sujeitos do estudo captadas durante a experiência vivenciada.

Palavras-chave: Pedagogia. Estágio Supervisionado. Formação docente. Gestão escolar.

SUMMARY

This article describes and analyzes the experience experienced in the discipline of supervised internship in school management presented in the course of pedagogy, Humanities Center, Federal University of Campina Grande. The experiment presented here was experienced in early childhood education institution of the public network of the city of Campina Grande, Paraíba. The experiment involved various actions in schools-field contemplating research as central axis of the stage, providing the articulation between theory and practice. This experiment was performed through bibliographic research, documentary, and field research. To perform this study, were made some guiding readings of some authors that discuss school management. A documentary research, in which we analyzed official documents governing early childhood education and discuss school management: the Constitution of the Federative Republic of Brazil (1988), the law of Guidelines and Bases for National Education (1996) and the National Curriculum for early childhood education (1998). Field research carried out through conversations and observation of facts and

phenomena exactly as occur in real. Data analysis was made through the analysis of legal documents and studies developed on the theme with the data obtained from the conversations in the comments, in addition to the attitudes and motivations of the study subjects taken during the trial experienced.

Keywords: pedagogy. Supervised Internship. Teacher education. School management.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é uma das atividades imprescindíveis na formação do pedagogo, pois permite aos graduandos a experiência do exercício profissional, em espaços institucionais onde se desenvolvam processos educativos, bem como possibilita a produção de conhecimentos pedagógicos e científicos sobre o processo de ensino e de aprendizagem. Sendo considerado como uma atividade necessária para a formação do futuro educador, como parte de seu processo de formação, e em especial por se caracterizar como “um instrumento valioso para desenvolver a postura crítica e proporcionar o referencial teórico-prático necessário ao profissional que exigem os tempos atuais [...]” (ALMEIDA, 1994, p.42).

É com base nesse contexto, que esse artigo tem como objetivo principal expor o resultado das análises que fizemos durante o estágio vivenciado em uma unidade de educação infantil localizada na cidade de Campina Grande, Paraíba. Neste estágio, tivemos como objetivos: analisar como funciona a gestão em uma instituição de educação infantil; identificar os programas educacionais por ela oferecidos; observar como a escola realiza seu planejamento; averiguar como o trabalho pedagógico é desenvolvido na instituição; e perceber como se dá a relação entre a direção e a comunidade escolar.

Para sistematizar as discussões e as análises dos momentos que constituem o estágio supervisionado, o presente relatório segue dividido em três tópicos. Primeiramente, será realizada uma fundamentação teórica em relação à gestão escolar na escola pública, incluindo os reflexos da gestão democrática e o projeto político pedagógico (PPP) como elemento do espaço educacional. No segundo tópico, será apresentada a descrição e a análise da experiência vivenciada durante o estágio em gestão escolar. Por fim abordaremos as considerações finais.

OS REFLEXOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA

A gestão democrática na escola pública se dá pela constatação de que esta é a melhor forma de dirigir o meio escolar, facilitando a busca de objetivos comuns a todos e também

defendendo uma forma de decisão coletiva, no qual cada membro assume sua parte e responsabilidade de trabalho.

Segundo Paro (2004), falar em educação remete-nos a pensar no homem como um ser histórico, que transcende o que é natural, pois ele busca a liberdade em suas ações. Ainda segundo o educador, o homem só se faz sujeito quando participa, produzindo uma ação e respondendo por ela, e essa ação só é produzida coletivamente, sendo que o homem não se faz sozinho.

A escola deve estar aberta ao debate também para a comunidade externa, discutindo as diversas abrangências de fatos importantes à escola. Dessa forma,

a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação (LIBÂNEO, 2004, p.12).

Os princípios da gestão democrática estão estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, no Art. 206 inciso VI, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, art. 14, que define como princípios a participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Em relação à autonomia na gestão escolar, Libâneo (2004) afirma que é preciso perceber que existem três eixos que estão interligados, administrativo, financeiro e pedagógico, e que delineiam a identidade da escola. Autonomia na instituição significa ter poder de decisão sobre seus objetivos e suas formas de organização, bem como seus recursos financeiros, envolvendo professores, alunos, funcionários, representantes da comunidade escolar, transformando a escola em espaço de trabalho coletivo e de aprendizagem.

A gestão democrática surge como possibilidade de aniquilar o autoritarismo enraizado no processo educativo no interior das escolas. Propor uma gestão democrática na escola é conferir autonomia à escola, que segundo Paro (2004, p. 11) “significa em conferir poder e condições concretas para que ela alcance objetivos educacionais articulados com os interesses da comunidade”. Tal afirmação nos leva a crer que as mudanças no processo de autoridade no interior da escola se darão por força das conquistas obtidas pelos próprios interessados, ou seja, os partícipes da escola.

A instrumentalização desses partícipes é um aspecto relevante no processo de democratização da escola, pois

tudo o que agente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que agente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente (FREIRE, 2004, p. 7).

A democratização escolar deve estar presente desde o momento da escolha dos gestores, que segundo Mendonça (2001), a eleição é o melhor processo de escolha, pois, luta contra o clientelismo e o autoritarismo na administração da educação. Sendo assim, o bom gestor deve ser um administrador, isto é, manter a escola dentro das normas do sistema educacional, seguindo portarias e instruções e ser exigente no cumprimento de prazos, valorizando a qualidade do ensino, o projeto pedagógico, a supervisão e a orientação pedagógica e criando oportunidades de capacitação docente.

Portanto, a educação não pode estar a serviço de interesses de uma minoria, somente assim poderemos garantir que a escola seja realmente um espaço democrático. Por isso, uma das principais medidas de democratização, no plano escolar, está na criação de estruturas participativas de organização em que professores, alunos e funcionários formem uma comunidade real. Por outro lado, de nada adianta uma lei de gestão democrática do ensino público que prescreve “autonomia pedagógica”, administrativa e financeira às escolas, se os principais interessados, que compõem a comunidade educativa, não sabem o significado político da autonomia, a qual não é dádiva, mas sim uma construção contínua, individual e coletiva que de forma concreta, voltada para dentro da escola e para além dela, poderá contribuir com o seu processo de crescimento e mudanças.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

No Brasil, a partir da década de 1980, no processo de redemocratização do país, o campo da educação infantil ganhou um grande impulso, tanto no plano das pesquisas e do debate teórico quanto no plano legal, propositivo e de intervenção na realidade. Em 1988, a Constituição Federativa do Brasil reconhece e traz, pela primeira vez na história do país, a garantia da educação das crianças pequenas. Enfim, a lei garantiu educação infantil enquanto extensão do direito universal à educação na pequena infância, assim como, um direito das mães trabalhadoras a terem seus filhos pequenos em instituições públicas de educação infantil (creches e pré-escolas).

Diante do contexto de educação escolar, destaca-se que a elaboração de um PPP para cada instituição se constitui em um dos elementos do projeto educacional e deve ser fruto de um trabalho coletivo que reúna professores, demais profissionais, técnicos, enfim, a comunidade escolar. Para Veiga (1995), o PPP, carregando o caráter de projeto de sua origem etimológica latina *projectu*, cumpre a função de dar um rumo, uma direção à instituição. Nessa perspectiva, o projeto de escola é sempre

uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político, no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (VEIGA, 1995,p.12).

. Conforme Veiga (1995) todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores .

De acordo com Cavagnari (1998), na LDBEN, o grande desafio lançado às escolas é a construção do seu projeto educativo. Porém, a necessidade de um PPP na escola antecede a qualquer decisão política ou exigência legal, uma vez que, enquanto membros de uma instituição escolar é preciso ter nítido a que horizonte pretende-se chegar com os alunos, com a comunidade e com a sociedade. No art. 12, fica clara a autonomia da escola para elaborar e executar sua proposta política e, logo a seguir, o art. 13 incumbe os docentes de participar da elaboração desta proposta.

Conforme afirma Veiga (1995), a abordagem do PPP fundamenta-se em alguns princípios que norteiam a escola democrática, pública e gratuita: igualdade de condições para acesso e permanência na escola; qualidade de ensino para todos; gestão democrática, que inclui a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas; autonomia de atuação; e, a valorização do magistério que objetiva a formação inicial e a continuada, condições de trabalho e remuneração docente.

Nessa perspectiva ainda apresentada por Veiga (1995), há sete elementos básicos que podem ser apontados para a construção do PPP. Primeiramente, a escola deve assumir o trabalho de reflexão sobre sua finalidade educativa, podendo ser: constitucional, cultural,

política e social. Nesse sentido, deve alicerçar o conceito de autonomia. Em segundo lugar, destaca-se a preocupação com a estrutura organizacional da escola, incluindo a estrutura pedagógica que se refere às interações políticas, às questões de ensino e aprendizagem e às curriculares, envolvendo todos os setores necessários ao desenvolvimento do trabalho escolar. Outro elemento básico refere-se ao currículo, que envolve a organização do conhecimento escolar, sendo uma construção social do saber, pressupondo a sistematização dos meios para que se efetive. O tempo escolar é outro elemento constitutivo da organização do trabalho pedagógico. Entre eles temos o calendário e o horário escolar. A organização temporal do conhecimento é marcada pela segmentação do dia letivo. O currículo é estruturado em períodos fixos de tempo para cada disciplina.

Na sequência, temos o processo de decisão, cuja estrutura administrativa deve prever meios que estimulem a participação de todos no processo de decisão e, para se tornar possível, há necessidade de se instalarem mecanismos institucionais, visando à participação política dos envolvidos com o processo educativo da escola. Ademais, as relações de trabalho devem girar em torno de atitudes solidárias, recíprocas e de participação coletiva. Por isso, uma gestão deve considerar as condições concretas presentes na escola. E, por último, a construção do PPP deve prever a sua avaliação como parte da necessidade de conhecer a realidade escolar, buscando explicar e compreender as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e alternativas coletivas. Portanto, o PPP precisa ser implementado em função de uma cultura democrática que rompa com o autoritarismo, buscando a valorização e o respeito entre todos os sujeitos educativos.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA

O estágio supervisionado foi desenvolvido em uma unidade de educação infantil, com o propósito de conhecermos um pouco o funcionamento de uma instituição infantil, suas instalações, o corpo de funcionários que nela trabalham, além da observação direta de alguns documentos e de alguns aspectos educacionais. Para iniciarmos o nosso trabalho de observação, tivemos primeiramente em sala de aula um estudo teórico acerca do trabalho pedagógico realizado tanto pelo gestor como também pelos demais membros da instituição, e isso é primordial para adquirirmos o embasamento necessário que garantirá credibilidade e segurança na hora de tecermos nossas considerações.

Após esse primeiro momento, nos dirigimos a UEI para fazermos a nossa primeira visita. Fomos muito bem recebidas pela gestora, que demonstrou a sua dedicação e o seu

grande empenho para manter a creche em ótimo funcionamento através do trabalho coletivo exercido por todos na instituição. Em seguida, a gestora nos convidou para conhecermos toda a estrutura física da instituição deixando-nos totalmente à vontade para observarmos tudo que precisássemos.

Na segunda visita, ao chegarmos na instituição, pudemos notar um aspecto importantíssimo; o envolvimento de todos os profissionais na preparação de uma festa em homenagem as mães, inclusive a gestora, que se empenhava juntamente com os demais funcionários para organizar esse momento festivo. E, mesmo tendo esse acontecimento, a gestora nos recebeu de forma bem espontânea, nos disponibilizando além do seu tempo e atenção, os documentos que precisávamos para a nossa análise.

Tivemos acesso ao PPP da instituição para tomarmos conhecimento do processo de sua elaboração e da estrutura do documento. Sendo assim, nos detivemos em analisar o PPP e realizarmos o diagnóstico da creche.

No terceiro e último contato, fomos inicialmente informadas pela secretária que a diretora não se encontrava, pois estava participando de uma reunião dos conselhos municipais escolares. Mesmo assim, sem a presença da diretora, a secretária nos deixou a vontade para concluirmos a nossa observação, e isso demonstrou que mesmo com essa ausência da diretora a creche funcionava normalmente, comprovando assim, o que antes a própria gestora nos tinha informado na primeira conversa que tivemos com ela, na qual afirmava que na instituição, todos trabalhavam coletivamente para um bom funcionamento garantindo o bem dos menores que nela ficavam. Então, aproveitamos para finalizarmos a primeira parte desse estágio que é a observação, dando uma última averiguada na creche como também no PPP da mesma.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

As atividades de gestão observadas e analisadas no decorrer do estágio supervisionado em uma instituição de educação infantil foram muito interessantes e instrutivas, pois foi possível percebermos na UEI vários aspectos relacionados às dimensões sociais, políticas, pedagógicas e administrativas, como também a organização do trabalho de todos os envolvidos no processo educativo dessa instituição, bem como a estrutura física da mesma. O Regimento Escolar, no que se refere às atribuições de professores e funcionários é um documento claro, prevendo o desempenho com competência e ética, com vistas ao melhor funcionamento da instituição.

Dessa forma, no que se refere à gestão escolar, de acordo com a nossa visão inicial da creche, não identificamos muitos problemas, pois o envolvimento de todos no trabalho, foi logo percebido, demonstrando entusiasmo e dedicação nas atividades desenvolvidas. Observamos dessa forma, de maneira bem nítida, uma organização escolar concebida como um sistema que agrega pessoas, destacando-se o caráter intencional de suas ações, a importância das interações sociais no seio do grupo e as relações da escola com o contexto sociocultural e político. Diante disso, o modelo de gestão que é desenvolvido na creche baseia-se na concepção de organização e gestão escolar democrático-participativa, pois

“a concepção democrático-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões sem desobrigar as pessoas da responsabilidade individual” (LIBÂNEO, 2004, p. 15).

O autor retrata a importância do trabalho coletivo dentro de uma instituição, isto porque, a organização escolar não é uma coisa objetiva, um espaço neutro a ser observado, mas algo construído pela comunidade educativa, envolvendo os professores, os alunos e os pais. Com relação à creche, esse trabalho foi observado claramente a partir do nosso primeiro contato com a instituição. Partindo desse pressuposto, podemos concluir que o trabalho desenvolvido na instituição está voltado para uma gestão democrática, pois enfatiza as relações humanas e a participação nas decisões com ações efetivas para se atingir com êxito os objetivos específicos da escola.

Detenhamo-nos agora na visão geral do aspecto físico da instituição, que por sua vez, também não encontramos muitas irregularidades, como já tínhamos uma breve noção de como deveria ser as estruturas físicas de uma unidade de educação infantil, ficou mais fácil analisar se a mesma contava com boas instalações ou não. Sabemos que os ambientes físicos de uma instituição de educação infantil devem refletir uma concepção de educação e cuidado respeitosa das necessidades de desenvolvimento das crianças, em todos seus aspectos: físico, afetivo, cognitivo, criativo. Espaços internos limpos, bem iluminados e arejados, com visão ampla do exterior, seguros e aconchegantes, revelam a importância conferida às múltiplas necessidades das crianças, esse é um ponto primordial que deve ser levado em consideração.

Sem esquecer que esse espaço também deve atender as necessidades dos adultos que nelas trabalham, nesse caso a creche deixa a desejar, pois deixaram de pensar nos professores no momento de sua construção, não criando um espaço exclusivo para eles.

Dessa forma, o único local que é disponível para eles se reunirem para conversar, se alimentar e descansar alguns minutos é o refeitório, que por sua vez é impróprio para adultos, pois possui cadeiras muito pequenas que só servem para as crianças. Este é um dos aspectos negativos que encontramos na creche, o refeitório, que deveria ser usado pelas crianças na hora de fazer as suas refeições, ao invés disso faz as suas refeições na própria sala de aula, com a ajuda dos professores, impedindo assim a socialização com outras crianças.

Percebemos também que os espaços externos são bem cuidados, com jardim e áreas para brincadeiras e jogos, aos quais indicam a atenção ao contato com a natureza e à necessidade das crianças de correr, pular, jogar bola, brincar com areia e água, entre outras atividades. E tudo isso nós vimos, por meio do minucioso trabalho voltado para atender as necessidades das crianças. Porém, já deixam a desejar no solário, que permanece fechado por estar impróprio para elas. Outro ponto positivo também é que as professoras dispõem sempre de materiais e brinquedos que estimulam a aprendizagens das crianças, pois um ambiente estimulante para a criança é aquele em que ela se sente segura e ao mesmo tempo desafiada, onde ela sinta o prazer de pertencer ao ambiente e se identifique com o mesmo e, principalmente, um ambiente em que ela possa estabelecer relações entre os pares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Supervisionado nos proporcionou análise das situações do cotidiano escolar que nos serão de fundamental importância para a nossa formação como pedagogas, pois nos deu a oportunidade de relacionar os conhecimentos obtidos em curso, com a prática do estágio na área de Gestão Educacional. Nos fez perceber que o gestor Escolar é uma “peça” fundamental dentro da escola, em virtude da área pedagógica que é a essência do seu trabalho, pois sabemos que administrar uma escola não é uma tarefa muito fácil, mas que requer competência, dedicação e pulso firme. Mais do que nunca é necessário que a gestora seja competente, preparada, corajosa e acima de tudo, democrática, que discuta os problemas com a comunidade, escute o que as pessoas têm para dizer, as sugestões e as críticas. Pois é a partir de uma avaliação que se corrigem os erros e se acerta o rumo. Construir junto com toda a comunidade escolar uma Proposta Pedagógica, ouvindo todos os segmentos envolvidos, dando vez a uma gestão democrática em que todos se sintam participantes e importantes na tomada de decisões, gera um comprometimento e uma responsabilidade que é dividida com todos, sem sobrecarregar a equipe gestora, que então

pode dividir acertos e erros, e buscar conjuntamente soluções e com isso agiliza o trabalho e a escola com certeza funciona melhor. Enfim, em termos de conhecimento e experiência, este estágio foi muito valioso, e que, somados com o conhecimento teórico, nos proporcionou condições de analisar profundamente o desenrolar dos acontecimentos e o cotidiano da gestão da escola, nos proporcionando uma visão diferente e real das complexas relações existentes na escola, nesse caso na instituição de Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.S. **Estágio Supervisionado em Prática de Ensino – relevância para a formação ou mera atividade curricular?** Revista Ande, ano 13, nº 20, – 42, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Brasília: Presidência da República, 1988. Acessado em 16 de setembro de 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Brasília: Presidência da República, 1996. Acessado em 16 de setembro de 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Brasília: Presidência da República, 1990. Acessado em 16 de setembro de 2013.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB-COEDI, 2006 (v. 01e 02).

CAVAGNARI, Luzia Borsato. **Projeto Político-pedagógico, autonomia e realidade escolar: entraves e contribuições.** In: Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998, p.98.

FREIRE, Paulo. apud NAVARRO, I.P. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, **Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania /elaboração** Ignez Pinto Navarro...[et al.] Brasília: MEC, SEB, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática.** 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Estado patrimonial e gestão democrática no ensino público no Brasil.** Educação & sociedade, na XXII, nº75, Agosto/2001.

PARO, V.H. **Gestão Democrática da Escola Pública,** 8 ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto Político-Pedagógico: uma construção possível.** Campinas, SP: Papirus, 1995.